

Investimento da REN em Cahora Bassa supera os 80 milhões

O Estado quer transferir para a REN parte dos 15% que ainda mantém na maior central moçambicana, uma posição avaliada em 82,2 milhões. —



DESTAQUE VIAGEM DE JOSÉ SÓCRATES A MOÇAMBIQUE

"É PRECISO ESTAR EM FORMA" OU, CASO CONTRÁRIO "COMEM-NOS VIVOS", DIZ JOSÉ SÓCRATES

O primeiro-ministro, que correu ontem pelas ruas de Maputo, disse no final que faz o seu 'jogging' porque "é preciso estar em forma" ou, caso contrário "comem-nos vivos". José Sócrates respondeu assim com algum sentido de humor e ironia aos ataques de que diz ser alvo dos seus opositores em Portugal. Em declarações aos jornalistas, o chefe do Governo acrescentou que, em Portugal, não pratica tanto desporto quanto gostaria. "Não tenho tanto tempo quanto gostaria mas, enfim, não me posso queixar", desabafou. "Quando chego a uma cidade onde nunca corri, o primeiro impulso é programar uma volta", acrescentou José Sócrates, justificando, mais uma vez o seu 'jogging' matinal por Maputo. Sócrates cumpriu a tradição das visitas oficiais e correu em 't-shirt' e calções pelas ruas de Maputo, naquele que foi o seu último dia em Moçambique.



Estado do tempo não espelha relações

A chuva marcou a visita oficial de José Sócrates a Moçambique, mas apesar do mau tempo há a garantia do reforço

Hermínia Saraiva, em Maputo
herminia.saraiva@economico.pt

Foi com chuva que Sócrates chegou a Moçambique e foi com chuva que o primeiro-ministro português abandona Maputo no final de três dias de visita oficial a convite de Armando Guebuza, presidente Moçambique. O estado do tempo não espelha, no entanto, o estado das relações entre os dois países. À saída da Escola Portuguesa de Moçambique, José Sócrates repete o discurso sobre "o novo impulso às

relações entre os dois países", reafirma que há nova "ambição", concretizada com a decisão de realizar cimeiras bilaterais de carácter anual entre os dois países.

José Sócrates, que chegou com cerca de meia hora de atraso à Escola Portuguesa - o tempo que levou a fazer a sua corrida matinal -, garante que sai de Moçambique "com a consciência do que há para fazer" e com a garantia do "reforço dos meios para os investimentos que serão realizados pelas empresas por-

tuguesas". E frisa que Moçambique conta com Portugal como parceiro privilegiado na ajuda ao desenvolvimento do país.

O primeiro-ministro sai de Moçambique com linhas de apoio no valor de mil milhões de euros, com uma parte de leão a ser assegurada pela Caixa Geral de Depósitos, que no início da visita acordou a duplicação da linha concessional para investimentos em infra-estruturas, mas também nos sectores da comunicação, saúde ou educação. Ao todo a CGD esta pronta para

O primeiro-ministro sai de Moçambique com linhas de apoio no valor de mil milhões de euros, com uma parte de leão a ser assegurada pela Caixa Geral de Depósitos.

financiar projectos no valor de 400 milhões de euros, uma verba que, diz Sócrates, poderá ser aumentada. Assim existam projectos que o justifiquem.

Para as empresas portuguesas a visita foi proveitosa. A Martifer sai de Maputo com um contrato assinado com a Direcção Geral das Energias Renováveis no valor de 4,5 milhões de euros. Em causa está o mapeamento do potencial das energias renováveis em Moçambique.

A confirmar que as renováveis entraram no vocabulário do go-



PONTOS-CHAVE

▶ O primeiro-ministro, José Sócrates, terminou ontem a visita oficial de três dias a convite de Armando Guebuza, presidente de Moçambique.

▶ Uma visita proveitosa para as empresas portuguesas. CGD, Martifer, Visabeira, Portucel, Cabelte ou AEP reforçaram todas a presença naquele país africano.

▶ Portugal vai disponibilizar para Moçambique linhas de apoio no valor de mil milhões de euros para desenvolver grandes projectos de infra-estruturas.



OPINIÃO POTENCIAL DO MERCADO MOÇAMBICANO

Investir em Moçambique



MIGUEL SPÍNOLA

Associado PLMJ, Parceria Moçambique.

Disposto de ricos e abundantes recursos naturais, Moçambique apresentou um dos maiores crescimentos económicos da região durante a última década, possuindo actualmente um enorme potencial de investimento.

A adopção de uma série de reformas macroeconómicas, aliadas ao financiamento dos doadores e à estabilidade política que tem demonstrado, levou a um considerável aumento das taxas de crescimento económico nos últimos anos. A inflação foi reduzida com sucesso para apenas um dígito, as reformas fiscais, incluindo a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado e a reforma dos serviços alfandegários, optimizaram as receitas fiscais do Estado.

Adicionalmente, a determinação e abertura ao investimento estrangeiro demonstradas pelas Autoridades Moçambicanas, é só por si um fenómeno exemplar, no actual cenário internacional de profunda crise e recessão, que ilustra bem as potencialidades do Mercado Moçambicano.

Neste contexto, afigura-se clara a importância deste país na estratégia de internacionalização das empresas portuguesas, que indubitavelmente detêm uma posição privilegiada decorrente dos laços históricos, bem como da língua e cultura comuns.

A relevância de Portugal como um dos parceiros mais importantes de Moçambique encontra-se patente na visita oficial que o primeiro-ministro português fez a Moçambique. A visita incluiu na sua comitiva 50 empresários, contando-se entre eles a presença de PLMJ, a qual se encontra presente no mercado moçambicano em parceria com o prestigiado escritório local MGA - Advogados e Consultores, Lda.

As potenciais áreas de investimento são diversas, dado que, apesar de a agricultura ser ainda o sector chave no crescimento económico do país, outros sectores estão em franca expansão, nomeadamente o turismo, imobiliário, energia e recursos naturais, beneficiando da concessão de vários incentivos que visam promover o seu desenvolvimento.

No âmbito das obras públicas,

e a título de exemplo, é de referir a construção da barragem da Gorongosa no valor de dois milhões de dólares, a barragem Corumana no valor de 100 milhões de dólares e a de Pavue que pressupõe um investimento de 450 milhões de dólares.

Relativamente aos recursos minerais, entre os quais se destacam o ouro, a água mineral, o carvão mineral, o gás natural e o mármore, é de evidenciar a construção de uma das maiores fábricas de carvão a nível mundial em Moatize, no valor de 1,3 biliões de dólares e a aquisição de acções na concessão de petróleo e gás do Rovuma.

Também a área dos recursos florestais tem sido objecto de desenvolvimento, sendo de destacar o projecto de produção de 213 milhões de litros de etanol, no valor de 280 milhões de dólares, e o projecto de actividade florestal e produção de papel numa área de 100 mil hectares, no valor de cerca de dois milhões de dólares.

O enorme potencial turístico tem vindo a ser explorado através de várias iniciativas, como a implementação de unidades de ensino móveis no Sul e Centro do país, no valor de 1,2 milhões de dólares, bem como a construção e exploração de instalações de turismo nas ilhas Casuarina e Epi-dendron, num valor superior a 50 milhões de dólares.

No sector das pescas é de destacar a existência de um projecto de criação de um centro de treino, no valor de 3,8 milhões de dólares.

Além disso, o investimento na exploração e produção de energia é substancial, o que se demonstra pela existência de vários projectos significativos como a construção de um gasoduto de 60 kms, entre Maputo e Matola, pressupondo um investimento inicial de 20 milhões de dólares, assim como as plantas energéticas na Beira e Nacala, cujo projecto está avaliado em pelo menos 80 mil dólares.

É ainda de referir o projecto de construção do aeroporto internacional em Pemba, no valor de 300 milhões de dólares e, no âmbito da educação, o projecto de construção de salas de aulas em todas as províncias, no valor de 16,1 milhões de dólares.

Assim, e apesar de alguns investidores ainda olharem para Moçambique como um mercado arriscado, afigura-se claro que o clima de estabilidade política e económica, que tem caracterizado o país, aliado à cada vez maiores garantias conferidas aos investidores privados, tem criado, gradualmente, um ambiente de negócios cada vez mais confiante e favorável. ■

entre Lisboa e Maputo

do investimentos que será realizado pelas empresas portuguesas.

verno para ficar, está também o acordo assinado pela Self Energy, empresa do grupo Visabeira. A esta caberá a responsabilidade de avançar com sistemas de micro-geração em 50 centros de saúde e outras tantas escolas, tudo com base na energia solar.

E depois há ainda o projecto da Portucel e a intenção de investir 1,7 mil milhões de euros numa nova fábrica.

Destes três dias fica também a intenção da AEP de internacionalizar a Exponor, e o memorando de entendimento assinado

pela Cabelte para a construção em Moçambique de uma unidade industrial para a produção de cabos de energia em alumínio.

Acordos e protocolos foram aliás as palavras mais ouvidas entre os membros do Governo. Tudo se resume, diz Sócrates no pátio da Escola Portuguesa, ao reforço da cooperação. Ao fundo os miúdos do 6º. A continuam a dançar ao som da marrabenta. ■

A jornalista viajou em avião fretado pela Presidência do Conselho de Ministros

A segunda embaixada portuguesa

A Escola Portuguesa de Moçambique é um oásis no sistema de ensino Moçambicano. Dentro dos muros brancos a realidade é bem diferente. Os edifícios novos, pintados a amarelo são tudo o que uma criança entre os três e os 18 anos pode desejar. Cheiram a nova, estão limpos, a biblioteca tem livros.



Eléctrica de Cahora Bassa pode custar 82 milhões à REN

O Estado quer transferir para a REN metade dos 15% que ainda mantém na maior central moçambicana.

Ana Maria Gonçalves
ana.goncalves@economico.pt

A aventura africana da Redes Energéticas Nacionais (REN) está avaliada, a preços de mercado, em cerca de 112 milhões de dólares (82,2 milhões de euros). Uma verba que entrará directamente nos cofres do Estado, caso se concretize a venda de metade dos 15% que Portugal ainda detém na barragem de Cahora Bassa à REN, uma empresa cuja maioria do capital ainda é público.

A empresa responsável pelas infra-estruturas nacionais de electricidade e gás natural, actualmente gerida por Rui Cartaxo – depois da suspensão do seu presidente, José Penedos, na sequência do processo judicial Face Oculta – confirmou ontem ao Diário Económico o seu envolvimento na compra da participação que o Estado português ainda detém em Cahora Bassa.

Fonte oficial da REN afirmou que a empresa “irá analisar com interesse o enquadramento e as condições do que lhe vier a ser proposto”, numa reacção ao memorando assinado entre Portugal e Moçambique para que REN e CEZA dividam os 15% que serão alienados por Lisboa.

A maior central hidroeléctrica da ex-colónia portuguesa não é um activo barato. Objecto de ampla modernização, ainda antes da reversão da maioria do seu capital para mãos moçambicanas, e com um contrato de venda de electricidade de longo prazo com a África do Sul revisto, as últimas avaliações apontam para valores próximos de 1.500 milhões de dólares (1.102 milhões de euros), asseguraram ao Diário Económico fontes ligadas ao projecto.

A 31 de Outubro de 2006, Portugal vendeu parte da participação de 82% que detinha no consórcio, ao estado moçambicano, por 740 milhões de euros, ficando apenas com 15% do capital. Os restantes 85% passaram a pertencer à Companhia Eléctrica do Zambeze, detida a 100% por Moçambique, em tro-

O plano estratégico da REN, anunciado aos investidores, não contempla objectivos de internacionalização. A prioridade é o Mercado Ibérico de Electricidade.

ca de 950 milhões de dólares.

Agora, Lisboa procura alienar os restantes 15% que ainda mantém sob sua alçada. Entre os alvos seleccionados pelo Governo estava também a EDP que, ao contrário da REN, não hesitou em reagir aos primeiros sinais de fumo emanados de Maputo, onde o primeiro-ministro, José Sócrates, se deslocou esta semana em visita oficial.

Um dia depois, quinta-feira, o CEO da eléctrica nacional, António Mexia, foi mais longe, ao afirmar claramente, durante a conferência de imprensa de apresentação dos resultados de 2009, que não está interessado em participações meramente financeiras.

A EDP já conta no currículo com uma incursão fracassada no mercado africano, resultado da imposição da compra de uma posição relevante na eléctrica de Cabo Verde, a qual acabaria por abandonar. Tem, no entanto, em curso uma parceria com os angolanos da Sonangol para o sector energético que ainda não deu frutos.

Já a internacionalização da REN nunca foi, até hoje, uma prioridade. Muito menos fora do espaço ibérico. Apesar da troca de participações que mantém com a Rede Eléctrica de Espanha, que deriva do projecto de criação do Mercado Eléctrico de Energia, a gestão de José Penedos nunca quis arriscar para além de Espanha, com quem mantém diversos projectos de interligações eléctricas e gasistas. Um cenário de expansão que está, no entanto, previsto nos acordos celebrados com a sua homóloga do país vizinho.

A prioridade do plano estratégico da REN, anunciado aos investidores, para o período de 2009-2014, encontra-se centrado quase exclusivamente em Portugal. Em causa está um pacote de investimentos na ordem dos 2.500 milhões de euros, a realizar na área da electricidade e do gás natural. Só em 2009 foram gastos 466 milhões de euros, um nível de investimento que deverá ser mantido em 2010, de acordo com declarações recentes do seu presidente, Rui Cartaxo. ■

ESTADO

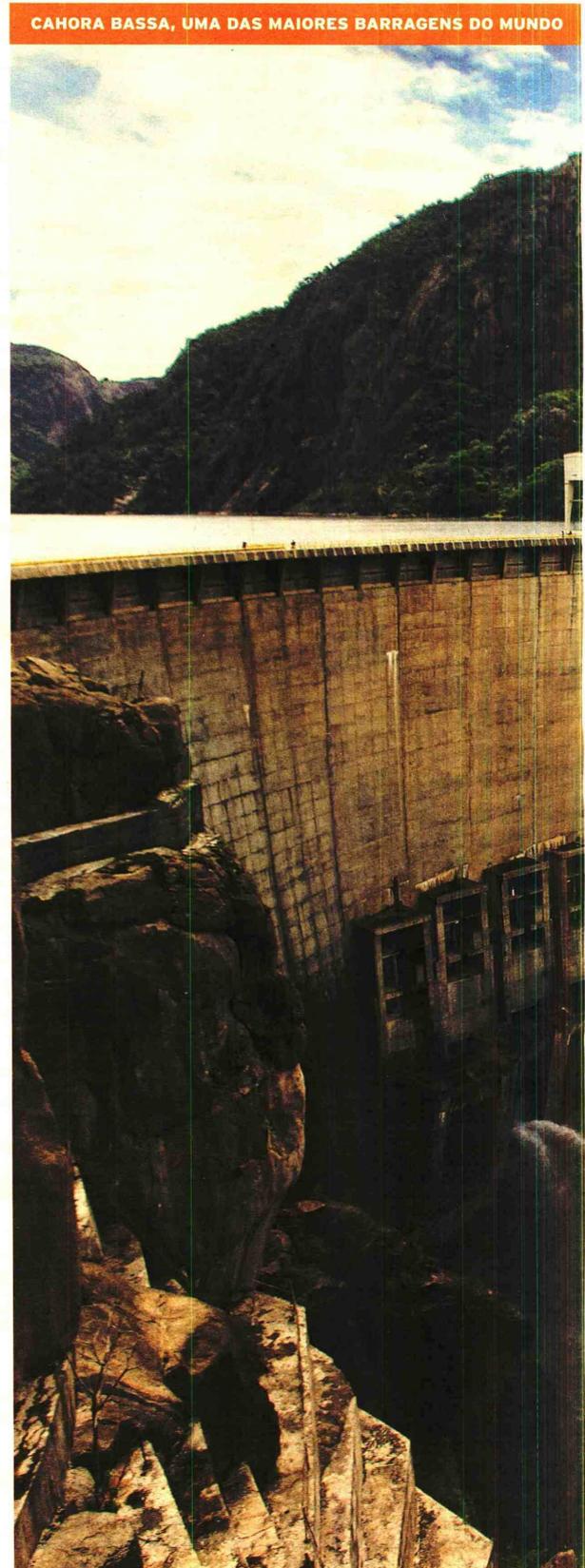
51%

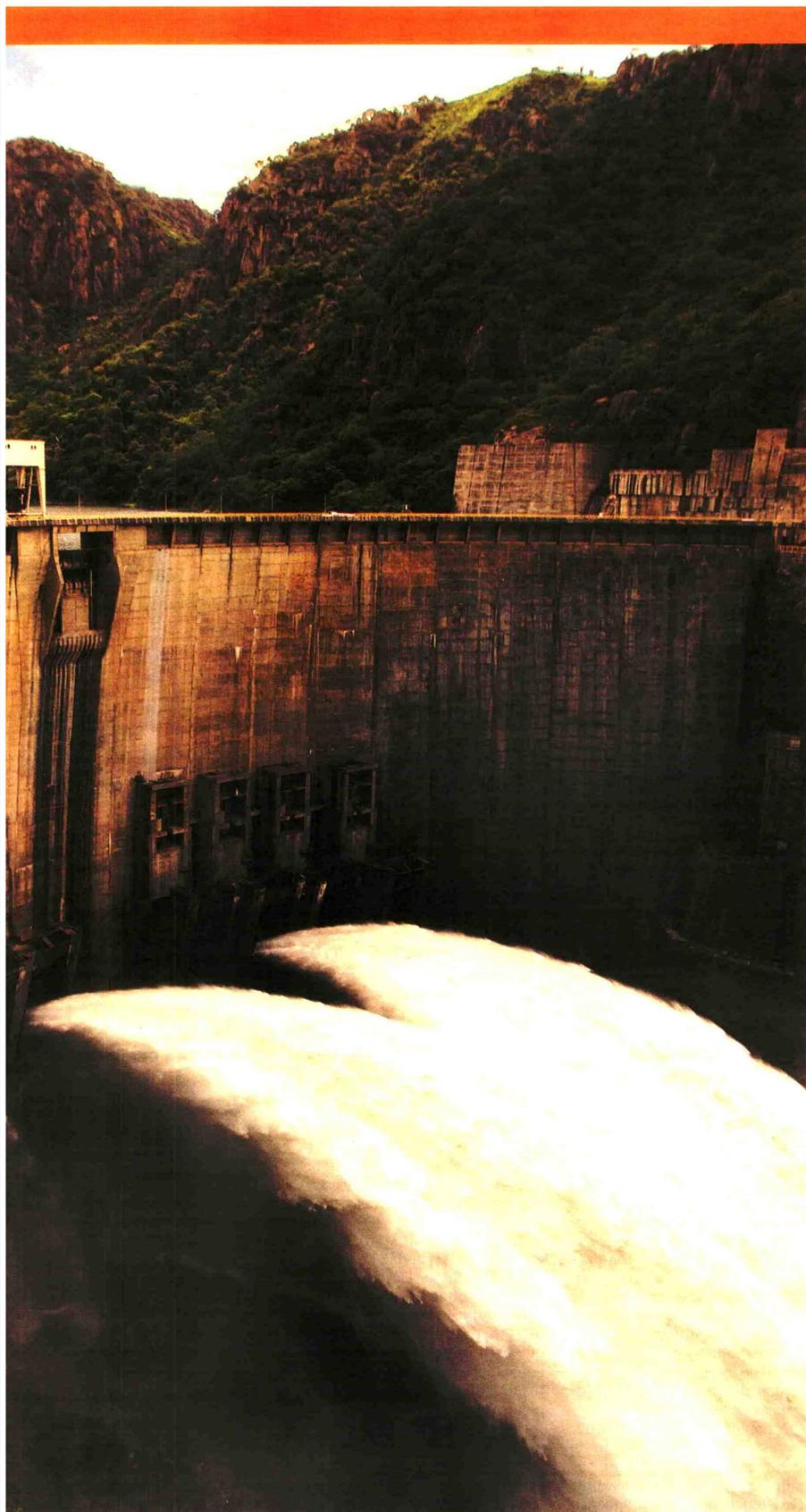
Esta é a participação que o Estado ainda mantém na REN- Redes Energéticas Nacionais. O restante está nas mãos de accionistas privados.

CLIENTES

65%

A maioria da electricidade de Cahora Bassa é vendida à África do Sul. Mas tem outros clientes: Zimbabwé, 19%, Moçambique, 15%, e Botswana, 1%.





Donos sem voz activa

A REN tem cinco accionistas privados de referência.

Nuno Miguel Silva
nuno.silva@economico.pt

Os pequenos accionistas privados da REN pouco ou nada mandam nos desígnios da empresa, face ao controlo imposto pelo accionista Estado, partilhado entre Parpública e Caixa Geral de Depósitos.

A venda por parte do Estado de metade dos 15% que ainda detém na Hidroelétrica de Cahora Bassa foi mais uma decisão imposta de cima, que nem sequer foi comunicada antecipadamente aos accionistas de referência da REN, segundo apurou o Diário Económico.

Quando o Estado lançou a oferta pública de venda de uma fatia do capital da REN, a 22 de Junho de 2007, não era decerto esta a expectativa que despertou o interesse dos investidores privados. Empresários como Filipe de Botton - que não foi possível contactar até ao fecho da presente edição do Diário Económico - Manuel Champalimaud ou Gonçalo Zambrano de Oliveira investiram para ser accionistas de referência da REN, mas têm pouca margem de manobra para fazer frente às directivas do Estado para a empresa que gere a rede de transporte de electricidade e gás natural.

Além da Logoennergia, da Logoplaste de Filipe de Botton (8,4%), da Oliren de Gonçalo Zambrano de Oliveira (5%) e da Gestfin de Manuel Champalimaud (5,2%), o outro accionista de referência da REN é a EDP, com 5%, e que se recusou a tomar uma parcela da posição do Estado português na empresa que gere a barragem moçambicana. A Red Electrica de España controla outros 5%. A CGD e a Parpública dominam 51,1% da REN. Os restantes 20,3% do capital estão dispersos. ■

É, desde 1969, ano do arranque da sua construção, a quarta maior albufeira de África (depois de Assuão, Volta e Kariba) e a principal central hidroelétrica de Moçambique, com capacidade superior a 2.000 megawatts (MW). Mas apenas uma ínfima parte da electricidade produzida em Cahora Bassa fica em território da ex-colónia portuguesa, cerca de 250MW. A África do Sul absorve a maior fatia, 1.100MW, e o Zimbabué, 400MW. Em curso estão negociações para o abastecimento do Malawi. Administrada pela Hidroelétrica de Cahora Bassa, uma empresa que desde a independência do país e até 2006 foi detida conjuntamente pelos estados moçambicano (18%) e português (82%), a central mudaria a sua estrutura accionista em 2006. Portugal vendeu parte da participação de 82% que detinha no consórcio a Moçambique por 740 milhões de euros, ficando apenas com 15% do capital. Os restantes 85% passaram a caber a este estado africano, em troca de 950 milhões de dólares. Depois dos investimentos de reabilitação de que foi alvo, tornou-se numa das mais modernas centrais do mundo, estando prevista a ampliação do complexo de Cahora Bassa.



Rui Cartaxo é o novo presidente da REN, em substituição de José Penedos. Por indicação do Estado, Cahora Bassa passa a ser um novo activo da empresa.



Filipe de Botton, líder da Logoplaste, controla uma posição declarada de 8,4% no capital social da REN, através da participada Logoennergia.